

Kant e o Conceito de Fé racional¹

No artigo “O que significa orientar-se no pensamento?” (1786)³ o conceito de fé racional é o conceito no qual Kant se baseia para sua tomada de posição diante da polêmica que ficou conhecida como a “polêmica do panteísmo”. Essa foi uma polêmica na qual Mendelssohn e Jacobi se envolveram, em 1783, a propósito do spinozismo de Lessing. Lessing era uma das figuras mais influentes no cenário cultural da Alemanha da segunda metade do século XVIII e teria confessado, antes de morrer, ser adepto da filosofia de Spinoza. Por sua vez, a filosofia de Spinoza, em função do verbete do *Dictionnaire historique et critique* (1697), de P. Bayle, ficou conhecida como sendo uma filosofia que leva ao determinismo, ao panteísmo e mesmo ao ateísmo. Ora, devido à influência que exercia, a confissão de Lessing poderia levantar as barreiras que impediam que a filosofia de Spinoza circulasse mais livremente. Quando Kant apresenta sua posição, a polêmica já havia tomado proporções mais amplas, centrando-se na questão sobre os fundamentos nos quais podemos basear nossos argumentos a respeito da idéia e, mesmo, da existência de Deus. A questão passa a ser, no final das contas, sobre as relações possíveis entre a fé e a razão, ou mais exatamente sobre os fundamentos de nossa relação com o domínio dos objetos supra-sensíveis⁴. Essa polêmica tem seu momento mais

1 Gostaria de agradecer aos meus colegas Déborah Danowski e Edgard José Jorge Filho os valiosos comentários e sugestões que fizeram a uma versão anterior deste trabalho. Eles me fizeram repensar certas questões as quais procurei esclarecer.

2 Depto. de Filosofia da PUC-Rio.

3 “O que significa orientar-se no pensamento?”, in *Immanuel Kant – Textos seletos*. Edição bilingüe. Trad.: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis. Editora Vozes, 1985. AK 8:133-147. De agora em diante, usarei as letras *OP* para me referir a essa obra.

4 As expressões “fé e razão” e “as relações entre fé e razão” merecem um esclarecimento. Como veremos no decorrer do texto, a fé, para Kant, é um estado de espírito, é uma convicção que temos a partir de fundamentos que são subjetivamente suficientes, mas objetivamente insuficientes (*Crítica da razão pura*, A822/B850. Sobre a referência A e B da *Crítica da razão pura*, ver

agudo em 1785 e é, segundo Frederick Beiser⁵, junto com a publicação, em 1781, da *Crítica da razão pura*⁶, um dos acontecimentos mais importantes do final do século XVIII.

As relações entre fé e razão

De um modo geral, e independentemente dos rumos que a polêmica tomou, podemos dizer que a razão e a fé são diferentes possibilidades, resgatadas de nossa natureza, ao tratarmos do conhecimento e da ação humanos. Ainda que não diga respeito apenas a essa questão, as relações entre razão e fé ganham um foco especial quando se trata de nossa relação com o supra-sensível. Um caminho possível para tratarmos dessa relação é aquele em que a fé e a razão são tomadas como opostas entre si. Ou bem tomamos a razão como uma faculdade superior, a única que pode determinar nossos juízos cognitivos sobre o domínio do supra-sensível, ou bem tomamos a razão como uma faculdade que não é capaz de possibilitar juízos verdadeiros a respeito desse domínio e nossos juízos fundam-se, então, numa convicção que não tem qualquer ligação com pressupostos racionais. Um outro caminho seria aquele em que a fé e a razão são tomadas como representando diferentes estágios no processo do conhecimento ou de determinação da ação, como faz Platão, por exemplo, na *República*⁷. Kant, entretanto, parece tomar um terceiro caminho.

nota 5 abaixo). A razão, rigorosamente falando, não é um estado de espírito, mas uma faculdade. Nesse sentido há uma assimetria entre esses termos e cometemos uma espécie de subreção, quando os usamos dando a impressão que pertencem ao mesmo gênero de coisas. Na verdade, o que está em questão é a origem do estado de espírito que caracterizaria a fé. Na seção “As relações entre fé e razão” abaixo volto a tratar dessa relação.

- 5 Frederick Beiser, *The Fate of Reason*. Cambridge: Harvard University Press, 1987, p.44. Maiores informações sobre a polêmica entre Mendelssohn e Jacobi podem ser encontradas nessa obra das p. 44 a 105. Lewis White Beck em *Early German Philosophy*, Cambridge: Harvard University Press, 1969, p. 352-260; Philonenko em sua introdução à tradução para o francês de *Qu’ est- ce que s’orienter dans la pensée?* Paris: Vrin, 1993, e Pierre Henri Tavoillot em *Crepuscule des lumières*, Paris: Cerf, 1955, p.XV-XXVIII também tratam, de um modo bem instigante dessa questão. Ver também a Introdução ao capítulo I “O que significa orientar-se no pensamento” do livro *Entre Kant e Hegel* de Joãozinho Beckenkamp. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 11-20.
- 6 Kant, *Crítica da razão pura*. Tradução para a língua portuguesa de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. As referências relativas a essa obra são feitas, como de costume: A para a 1ª. edição e B para a 2ª. De agora em diante usarei CRP para me referir a essa obra.
- 7 Platão, *República*. Trad. Para a língua portuguesa de M. Helena Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 316, feita a partir do texto de J. Burnet, 4º. Vol. *Platonis Opera*. Oxford: Oxford University Press, 1949, p. 511d-e. A respeito da suposição de que a fé não depende da razão ver *Tratado da natureza humana*, de Hume. Trad. para a língua portuguesa de D. Danowski. São Paulo: Unesp, 2000, p. 115,123 e 665.

Eu diria que, para ele, quando se trata do supra-sensível, a razão e a fé têm entre si uma relação mais íntima do que as relações de oposição parecem sugerir. A fé só é possível, nesse domínio, porque somos racionais. Temos de pressupor a razão, se admitimos a fé. Daí Kant formar o conceito de fé racional.

No que se segue, vou tratar do conceito de fé racional e de como Kant pretende que esse conceito possa ser usado para fundamentar sua posição face à polêmica em que Mendelssohn e Jacobi se envolveram. Além disso, vou procurar ir um pouco mais adiante e sugerir o que poderia ser feito para se superar os limites que uma fé racional doutrinal teria em relação a uma fé racional moral: a submissão, aos outros, de nossos conceitos sobre o supra-sensível para que eles possam ganhar maior validade objetiva. Nesse sentido, creio que a intersubjetividade e os processos comunicativos que lhes são inerentes, seria um caminho para dar maior validade aos conceitos cujos objetos não podem ser verificados empiricamente. No caso da polêmica, o que está em questão são as relações entre a fé e a razão. Assim, se a fé, segundo Jacobi, é uma atitude que, a princípio, nada tem de racional; se, por sua vez, segundo Mendelssohn, por meio da razão podemos demonstrar de forma rigorosa a existência de Deus, poderíamos concluir que o conceito de fé racional se situa a meio caminho das duas posições. Essa conclusão não será de modo algum descartada, mas para compreendermos melhor a posição de Kant e o que ela poderia pretender, vou resgatar a origem do conceito e inseri-lo no contexto da polêmica.

A origem do conceito de fé na CRP

Para lidar com as questões concernentes à polêmica, Kant lança mão das conclusões às quais chegou com o novo conceito de entendimento e com o conceito de razão, propostos na *CRP*⁸. Nessa obra, Kant nega ao entendimento a possibilidade do conhecimento dos objetos do mundo supra-sensível e também à razão a possibilidade de uma demonstração da existência de Deus. Ao negar às nossas faculdades cognitivas essa possibilidade, o ideal de realização do interesse teórico da razão, de encontrar no domínio supra-sensível um

8 Kant trata de algumas dessas questões também em seus cursos de lógica. Como, no entanto, o texto da *CRP* é do próprio Kant e está mais detalhado no que diz respeito às questões da razão prática, ele será usado preferencialmente ao texto das lógicas. Quando necessário, no entanto, usarei trechos da Lógica de Jäsche: *Manual dos cursos de lógica*. Trad. para língua portuguesa de Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp; Uberlândia: Edufu, 2003. De agora em diante, usarei *L* para me referir a essa obra.

fundamento primeiro, incondicionado e único a partir do qual toda a realidade pudesse ser explicada e formasse assim um sistema inteiramente coerente e passível de ser conhecido, não tem condições de ser satisfeito. Mesmo antes da *CRP*, Kant já rejeita tal idéia, isto é, a possibilidade de que toda a realidade seja explicada a partir de um único princípio⁹. Com a *CRP*, e em especial com a *Analítica dos princípios*, Kant deixa claro não só que não é um único princípio que fundamenta todo o conhecimento, mas também que os princípios do conhecimento, além de múltiplos, determinam apenas o limitado domínio da experiência possível (A158-161/B197-201). A proposta de limitar a quantidade de princípios para explicar tanto a realidade inteligível quanto a sensível, à qual Spinoza e Leibniz com seu racionalismo se atêm, cai por terra. Nesse sentido, a *CRP* frustra todas as expectativas das filosofias de inspiração racionalista e seus ideais de conhecimento.

Uma posição como essa, que recusa a possibilidade do conhecimento do domínio do supra-sensível, no entanto, não passa pela cabeça de Mendelssohn. Segundo Kant, Mendelssohn não vê necessidade de impor nenhum limite à razão. Ela é inteiramente capaz de uma demonstração rigorosa, quando se trata de dar provas da existência de Deus (*OP*, p.84 e *AK*,8:139-140). Por outro lado, uma demonstração rigorosa da existência de um ser não-sensível, demonstração essa que passa do que é sensível para o que é inteligível, sem levar em conta o conteúdo da idéia dessa existência, parece soar inteiramente implausível para Jacobi, especialmente quando se trata da existência de Deus. Jacobi entende que uma demonstração rigorosa da existência de Deus acaba levando ao ateísmo. O exemplo mais cabal disso, segundo ele, é a demonstração que Spinoza dá para a existência de Deus, em sua *Ética*. O Deus de Spinoza não é o Deus de nenhuma revelação, nem interior, nem mesmo exterior¹⁰. Para Jacobi, ao tratarmos da existência de Deus, temos de abandonar a razão para dar lugar à fé. Para Kant, no entanto, tratar da existência de Deus requer procedimentos racionais, mesmo que esses procedimentos não sejam aqueles do conhecimento, nem os de uma demonstração rigorosa, mas os de uma racionalidade possível de ser pensada principalmente a partir da racionalidade prática. Uma racionalidade que de algum modo precisa lançar mão de objetos supra-sensíveis, sem que, por isso mesmo, tenha que erguer uma pretensão de validade cognitiva ou demonstrativa. Trata-se de uma racionalidade que

9 Kant, *New Elucidation* (Nova dilucidatio). In *Theoretical Philosophy –1755-1770*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 9-10, *AK* 1:391.

10 H. Allison, em seu livro *Bebedict de Spinoza*, diz que o Deus de Spinoza não é o Deus de Abraão, nem o de Isaac, nem o de Jacob. Tawyne Publishers, 1975, p. 47.

exige que levantemos certas hipóteses e façamos alguns postulados, ou seja, um tipo de racionalidade que vem acompanhada de exigências que lhe são inerentes. Que exigências são essas feitas pela razão e que nos levam a postular a existência de Deus?

A razão prática realiza o que a razão teórica não consegue

Em função dos limites impostos ao entendimento e àquilo que podemos conhecer, Kant confere à razão prática uma relação necessária com os objetos do mundo supra-sensível. Esse mundo é inteiramente compatível com a razão prática, pois ainda que as coisas do mundo sensível determinem nossas ações, estas também podem ser determinadas por aquilo que não é sensível e que tem origem apenas na razão pura. Nas palavras de Kant:

(...) o ser humano encontra realmente em si mesmo uma faculdade por meio da qual ele se distingue de todas as outras coisas, e até de si mesmo, na medida em que é afetado pelos objetos e essa [faculdade] é a razão. Esta, como pura auto atividade, é ainda elevada acima do entendimento, pelo seguinte: ainda que este seja também auto atividade, e não contenha apenas meras representações que surgem quando se é afetado pelas coisas (e se é, portanto, passivo), como o sentido, ele não pode, no entanto, por si mesmo, formar nenhum outro conceito, a partir de sua atividade própria, a não ser aqueles que servem apenas para reportar a regras e, com isso, unificar numa consciência, as representações sensíveis. Sem esse uso da sensibilidade, o entendimento não poderia pensar nada. A razão, pelo contrário, sob o nome de idéias, revela uma espontaneidade tão pura que ela vai mais longe que tudo o que a sensibilidade pode fornecer e sua principal tarefa prova isso ao distinguir, um do outro, o mundo dos sentidos do mundo do entendimento e, com isso, traça, para o entendimento seu próprio limite.¹¹.

A espontaneidade da razão nos leva a admitir a possibilidade de agirmos com independência das leis da causalidade física, ou seja, independentemente das influências do mundo sensível. É uma causalidade que nos possibilita

11 I. Kant, *Grundlegung der Metaphysik der Sitten*. Schriften zur Ethik und Relionsphilosophie Sonderausgabe. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1983, p.88 AK, 4:452. A tradução dessa passagem foi feita por mim. Há uma tradução para a língua portuguesa, *Fundamentação da metafísica dos costumes*, feita por Paulo Quintela. Essa tradução encontra-se na Coleção *Os pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 247. (AK, 4:452). De agora em diante, usarei FMC para me referir a essa obra.

representarmo-nos como sendo livres. O vínculo causal com o mundo sensível, a causalidade, que como um conceito do entendimento só tem validade se ligada às intuições, pode ser vista, também, como uma representação que não requer intuições para lhe dar realidade objetiva, ou seja, pode ser vista como uma idéia da razão¹². Como idéia da razão, ela possibilita uma relação com o mundo supra-sensível. Desse modo, ela pode ser o fundamento de uma nova ordem de coisas. À possibilidade de tal começo, Kant chama de “liberdade transcendental”. Trata-se da “idéia de uma espontaneidade que pode começar a agir por si mesma, sem que sua ação precise ser determinada por uma causa antecedente, de acordo com a lei da causalidade” (A553/B561). Poder presupor essa idéia faz parte da natureza de nossa razão, cuja espontaneidade é diferente da espontaneidade do entendimento. A espontaneidade do entendimento dirige-se para as representações da sensibilidade e as unifica segundo regras *a priori*, os conceitos puros. A espontaneidade da razão, em contrapartida, determina a vontade. Nas palavras de Kant:

Com efeito, não é apenas aquilo que estimula, isto é, que afeta imediatamente os sentidos, que determina a vontade humana; também possuímos um poder de ultrapassar as impressões exercidas sobre a nossa faculdade sensível de desejar, mediante representações do que é, mesmo longinquamente, útil ou nocivo; mas estas reflexões em torno do que é desejável em relação a todo nosso estado, quer dizer, acerca do que é bom ou útil, repousam sobre a razão. Por isso, esta também dá leis, que são imperativos, isto é, leis objetivas da liberdade e que exprimem o que deve acontecer, embora jamais aconteça, e distinguem-se assim das leis naturais, que apenas tratam do que acontece; pelo que são chamadas leis práticas (A802/B830).

Em função da instauração de uma ordem não-sensível, para a qual a razão está naturalmente orientada, o que é desejável para o ser humano pode se referir a algo que pertence à realidade supra-sensível. Ele pode ter uma concepção de felicidade diferente de uma felicidade sensível e imediata. O que é desejável pode estender-se, antes, ao que tem a felicidade como uma consequência de se agir de acordo com a razão pura, ou seja, de se agir segundo a lei dada pela razão. O respeito pela lei da razão produz naquele que age de

12 Para Kant “idéia” é uma representação à qual nenhum objeto sensível pode corresponder (A327/383). Kant, portanto, usa o termo idéia com um sentido muito mais próximo de Platão do que dos filósofos de seu tempo.

acordo com ela o sentimento de respeito por si mesmo. Nesse sistema do qual fazem parte a liberdade, a autonomia e o respeito pela lei, a felicidade é algo que pode ser alcançada por meio do encadeamento desses elementos. Poderíamos pensar o seguinte: para um ser racional, a felicidade, como outras vivências do espírito, tem de fazer sentido e teria de ser merecida. Daí a máxima kantiana “faz o que pode tornar-te digno de ser feliz” (A809/B837).

A razão prática, a felicidade e o ideal do sumo bem

Essa relação se constitui num pequeno sistema que nos possibilita pensar num mundo supra-sensível relacionado à nossa razão prática. A felicidade que pressupõe a dignidade pressupõe, também, que se queira agir de acordo com a lei da razão. Essa lei é incondicionada e determina a razão sem levar em conta “todos os obstáculos” (A809/B837). Mas isso tudo é apenas uma idéia “cuja realização repousa sobre a idéia de cada qual fazer o que deve” (A810/B838). Ao pensar tal relação, Kant está tratando de um mundo ao qual somos transportados por nossa razão em função de seu interesse prático. Mas, esse mundo é apenas uma idéia, pois nem todos os seres racionais agem em função do que deve ser feito, em função da determinação da razão pura, mas agem também em função de “outras causas determinantes do mundo sensível” (A803/B831), em função da natureza naquilo que ela tem de imediatamente sensível. Assim, ainda que seja possível para nossa razão pensar nesse sistema fundado na idéia de liberdade, não temos como, baseados apenas em nossa natureza humana, garantir que alcancemos a felicidade que merecemos. Precisamos, para isso, postular a idéia de um ser supremo, também livre e causa da natureza, que possa garantir nossa esperança de felicidade numa vida futura (A810/B838).

A idéia de uma razão suprema na qual a vontade mais perfeita, segundo a determinação da razão pura, é a causa da felicidade no mundo, Kant chama de “ideal do sumo bem”. Kant identifica o ideal do sumo bem com Deus. “Deus e uma vida futura são, portanto, segundo os princípios da razão pura, pressupostos inseparáveis da obrigação que nos impõe essa mesma razão” (A811/B839). A realização do sumo bem seria racionalmente justificada em função da possibilidade de um domínio supra-sensível, aberto pela pressuposição da idéia de liberdade e de autonomia, assim como da dignidade para ser feliz. A relação da idéia da autonomia (isto é, da determinação da ação em função da lei oriunda puramente da razão, ou seja, da incondicionalidade da ação) com a idéia de uma razão suprema constitui um sistema que unifica a correção da

ação e a felicidade merecida. Trata-se certamente de uma ordem inteligível de coisas, possível de ser pensada e que se encontra profundamente escondida no mundo sensível (A814/B842). Mas se trata também de uma ordem que tem de ser pressuposta se queremos conciliar a determinação da vontade pela razão com a ação de um ser racional, sem que se tenha de abrir mão da possibilidade da felicidade. “Portanto, sem um Deus e sem um mundo atualmente invisível para nós, mas esperado, (...) as idéias da moralidade [da ação determinada racionalmente] (...) não atingem o fim integral, que para todo ser racional é determinado a priori e necessário” (A813/B841). A proposta de Kant na *CRP* funda-se, portanto, na possibilidade e mesmo na necessidade de admitirmos a existência de Deus em função das exigências de nossa razão, especialmente as da razão prática.

O estado de espírito no qual isso é possível – a fé

O estado de espírito diante de tudo isso não é o da convicção que temos quando conhecemos alguma coisa. No conhecimento, nossos juízos são passíveis de serem verificados na experiência, o que nos dá a certeza de que são verdadeiros. Mas, ao postularmos a idéia e mesmo a existência de Deus, não estamos tratando de uma idéia a respeito da qual podemos ter a certeza do conhecimento, isto é, que diga respeito a alguma coisa dada à nossa sensibilidade, pois, por tudo o que vimos, o sistema estabelecido só é possível porque podemos pressupor a liberdade, ou seja, ele é decorrente da possibilidade racional da instauração de um domínio supra-sensível do qual faz parte uma espontaneidade que determina nossa ação. Tampouco é a convicção que temos quando emitimos uma opinião. É um estado de espírito subjetivamente mais forte do que sentimos ao darmos uma opinião. Quando opinamos sobre alguma coisa, esperamos poder referir o que dizemos a uma experiência possível; por isso, sabemos que sempre podemos ter nos enganado. Isso que não acontece, porém, quando tratamos de coisas supra-sensíveis. Não há aí nenhuma experiência que possa fazer com que reconheçamos nosso engano. A convicção que temos se origina apenas das conseqüências que tiramos a respeito de nossa representação de nós mesmos como seres livres. Por isso, o estado de espírito em nós gerado a partir da idéia de liberdade é o de uma convicção subjetivamente mais forte do que o de uma opinião (A822/B850), um estado de espírito subjetivamente suficiente, ainda que objetivamente insuficiente, no que diz respeito à possibilidade da verdade. Ou seja, o sujeito não tem dúvidas quanto à possibilidade de suas idéias, está convicto da vali-

dade delas, ainda que saiba que não vai poder encontrar na experiência nenhum objeto que seja capaz de dar a elas a realidade objetiva que todo conhecimento exige (L, 147 e AK,72).

Esse estado de espírito faz parte da realidade do ser finito no que concerne às exigências de sua racionalidade. O conjunto de idéias organizado sistematicamente a partir da idéia de liberdade, de espontaneidade e de autonomia, e da possibilidade de uma felicidade futura, ligada por sua vez à idéia de um bem supremo, é uma necessidade inerente ao ser racional finito. Kant chama o estado de espírito que advém dessa necessidade de fé (A822/B850), e mais, de fé moral (OP p.76-78 e 86 e AK VIII, 136-137 e 140).

O conceito de fé racional

O objetivo deste trabalho não é tanto esclarecer o conceito de fé moral, que parece bastante claro na CRP (A820-831/B848-859). A dificuldade se encontra no conceito de fé racional, conceito fundamental para Kant em OP. Na CRP, Kant o utiliza para se referir ao conceito de fé moral. Essa referência da fé racional à fé moral traz um problema. Pode parecer que só podemos falar de fé racional para nos referirmos à fé moral. E aí Kant se depara com a seguinte exigência: a fé moral exige que “alguma coisa aconteça, a saber, que eu obedeça, em todos os pontos, à lei moral” (A828/B856) e tenha esperança na felicidade futura. Essa exigência apresenta um obstáculo para todos aqueles que não disponham de sentimentos morais, pois ela se funda nesse pressuposto. Se pusermos de lado os sentimentos morais e “admitirmos alguém que seja completamente indiferente às leis morais, a questão levantada pela razão torna-se simplesmente um problema para a especulação e pode sem dúvida apoiar-se em fortes razões extraídas da analogia, mas não em razões às quais se deva render a dúvida mais obstinada” (A829/B857).

Em OP, o conceito de fé racional é usado num contexto em que Kant não pressupõe que os envolvidos estejam tomados de sentimentos morais. Tampouco se está no campo da total irracionalidade, já que até Jacobi, que não vê a razão como um meio para se chegar a Deus, dá argumentos a favor da defesa de sua posição na polêmica. Ao que tudo indica, se está numa posição em que afinal de contas não se pode abrir mão da razão (ambos os lados pedem que Kant reconheça a validade de suas respectivas posições). Na verdade, Kant vai apresentar sua posição e ela não é a de nenhuma das duas posições em conflito. Com ela, Kant parece querer chamar a atenção para o fato de que, quando se trata de objetos supra-sensíveis, não se pode abrir mão

da razão, uma vez que esses objetos, especialmente a existência de Deus, são decorrentes das exigências da razão. Mas nesse caso, a convicção que podemos ter da existência de Deus, ainda que esteja mais fortemente vinculada a pressupostos morais, pode ter uma origem num interesse especulativo e não depender de sentimentos morais. Trata-se de uma exigência da razão, uma necessidade dela, diante de certas questões que ela mesma se coloca. Porque a razão se coloca questões que não estão necessariamente vinculadas ao sentimento moral, mas que a levam, também, a admitir a possibilidade da existência de Deus, o conceito de fé racional precisa ser ampliado e abarcar um outro conceito de fé, além do conceito de fé moral.

É à CRP que recorremos, junto com Kant, para a saída dessa dificuldade: lá Kant admite um outro conceito de fé, além daquele de fé moral: a fé doutrinal. O conceito de fé doutrinal não pressupõe que tenhamos de seguir em todos os pontos a lei moral. Ele diz respeito à possibilidade que temos de formar conceitos de objetos supra-sensíveis por exigências racionais, como o conceito de Deus, por exemplo, como o de “um sábio criador do mundo” ou o de uma vida futura em função da desproporção entre os “excelentes dons da natureza humana” e a “brevidade da vida” (A886/B854). Kant admite que seja possível, e até mesmo necessário, levantarmos hipóteses a respeito dessas realidades. Como se trata de fé (doutrinal), a possibilidade do conhecimento ou de uma demonstração rigorosa da existência de Deus está inteiramente descartada. Isso não significa, no entanto, que tal hipótese seja inteiramente arbitrária. Kant lembra que, quando levantamos uma hipótese a respeito de alguma coisa, somos obrigados “pelo menos a conhecer firmemente as suas propriedades para não termos necessidade de imaginar seu conceito, mas apenas a existência” (A827/B855, *itálico de Kant*). Isso significa que o que pressupusermos a respeito da existência de Deus vai depender da maneira como o representamos, isto é, do conceito que fazemos a seu respeito. A plausibilidade da hipótese vai depender da pertinência do conceito em relação às exigências da razão. Por sua vez, a plausibilidade da hipótese reside, em última análise, no pressuposto da realidade objetiva do conceito¹³. É em função do pressuposto de sua realidade objetiva que a hipótese da existência de Deus pressupõe necessariamente um conceito. Nesse sentido, podemos resgatar o que Kant propõe em seus cursos de lógica: em situações problemáticas, podemos

13 Penso aqui, no texto, não diretamente ligado à possibilidade de uma hipótese racional à qual Kant se refere em *OP*, p. 86-88 e *AK*, 8: 140-141, mas à referência que o mesmo Kant faz à realidade objetiva, quando trata do conceito puro do objeto transcendental (conferir a esse respeito A109).

sempre comparar “nossos juízos com os juízos dos outros, porque o subjetivo não está presente da mesma maneira em todos os outros” (L, p. 117 e AK; 57). Por meio da comparação, pode-se corrigir o conceito se ele estiver mal formado ou se assemelhar mais a uma ilusão do que a algo que pode ser real. Os conceitos, e os juízos nos quais eles (conceitos) são usados, podem se tornar mais claros e plausíveis, pois “a incompatibilidade dos juízos alheios com os nossos deve ser vista como um indício exterior do erro e como um aceno para que examinemos nosso procedimento de julgar, mas não para que o rejeitemos de pronto. Pois podemos talvez estar corretos a respeito da coisa e não estar apenas na maneira, i.e., na exposição” (*idem, ibidem*).

No texto *OP*, o conceito de fé racional vai ser usado, portanto, não apenas em relação à fé moral. Ele vai ser usado para tratar do supra-sensível e mesmo da possibilidade da existência de Deus sem a pressuposição de sentimentos morais. Ele possibilita que se trate da existência de Deus especulativamente, como uma hipótese racional. Tratar da existência de Deus especulativamente não é tratá-la, como foi dito, como sendo um saber. “O motivo da verdade é, neste caso, puramente subjetivo, ou seja, é uma exigência “necessária” da razão (...) *supor*, mas não demonstrar a existência de um ser supremo. Esta “necessidade” da razão, que satisfaz o seu uso teórico, não seria outra coisa senão uma “hipótese racional”, isto é, uma opinião que seria suficiente para ser aceita como verdade por motivos subjetivos. E isso porque nunca se pode esperar “explicar” determinadas ações por outros princípios a não ser por esse[s], a existência de Deus, uma vida futura], e a razão exige um fundamento explicativo” (*OP*, p. 86-88 e AK, 8:141-142, grifos de Kant, aspas minhas).

Com o conceito de fé racional Kant quer deixar claro que *toda fé, ainda que não seja um conhecimento, depende da razão*¹⁴. Por isso, no texto *OP*, em que toma uma posição diante do conflito em que Mendelssohn e Jacobi se envolveram, Kant funda sua argumentação no conceito de fé, ligado às exigências da razão. No contexto desse conflito, ora parece não haver lugar para a fé,

14 Em *OP*, Kant se refere também à fé histórica, defendida por T. Wizenmann, como dependente da razão (*OP*, 86 e AK, 8:139-140). Ainda que eu não tenha me referido a esse autor, ele desempenhou um importante papel na polêmica com seu livro *Resultados*. Suas considerações, no livro, foram um dos fatores que fizeram Kant tomar uma posição na polêmica. Ele teria chamado a atenção de Kant para o fato de que não só a posição de Jacobi, mas também a de Mendelssohn, conduz ao irracionalismo. Na verdade, é essa avaliação que Kant, no fundo, parece fazer da posição dos dois na polêmica. Os vários conceitos de razão que Mendelssohn emprega e a insistência de que é possível uma demonstração rigorosa da existência de Deus acabam podendo ser vistos como uma forma de irracionalismo (*OP*, p.72 e AK, 8:134). No capítulo 4 de *The Fate of Reason*, F. Beiser discute detalhadamente a posição de Wizenmann no conflito e a influência que ele teve sobre Kant também na *Crítica da razão prática* (cf., AK, 5:143n).

quando se toma a razão como capaz de tudo conhecer, quando não se traçou os seus limites, como acontece com Mendelssohn, para quem a razão é tida como uma faculdade capaz de tudo conhecer, mesmo o supra-sensível e a existência de Deus, com o rigor de uma demonstração; ora a fé é a única via pela qual se pode chegar a Deus, e a razão é tida como uma faculdade à qual é impossível formar uma idéia plausível do ser supremo, como faz Jacobi. Para Jacobi, a possibilidade de se pensar e mesmo de admitir a idéia de Deus exige que as propostas de um princípio único de sistematicidade e de coerência racional sejam abandonadas. Para ele, só podemos ter uma idéia adequada de Deus pela fé que deixou de lado a razão.

Em contrapartida, no texto *OP* Kant indica o caminho para a possibilidade da orientação no pensamento puro:

Uma pura fé racional é, portanto, o guia ou a bússola graças ao qual o pensador especulativo orienta-se em suas incursões racionais no campo dos objetos supra-sensíveis, e pode indicar, de modo completamente adequado ao homem da razão comum, mas (moralmente) sadia, um caminho inteiramente adequado, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, o fim total de sua destinação. E esta fé racional é aquilo que também deve ser colocado como princípio de qualquer outra crença, e mesmo de toda revelação (OP, p. 88; AK, 8:141-142).

A fé racional e a vinculação necessária com a existência de Deus

Diante dessas possibilidades divergentes de se lidar com a fé e com a razão, o conceito de fé racional orienta o ser racional finito quando ele tem de decidir sobre o que fazer diante daquilo que se apresenta a ele como sendo Deus ou como sendo o caminho para a felicidade. Diante de algo inusitado que se apresente a nós, “temos de, antes de mais nada, refletir (*überlegen*), isto é, ver a que faculdade do conhecimento (*Erkenntnisskraft*) um conhecimento pertence e, a seguir, investigar (*untersuchen*), isto é, comprovar (*prüfen*) se os fundamentos são suficientes ou insuficientes em relação ao objeto. ... [Pois] há um fundamento de determinação para a aprovação, composto de fundamentos objetivos e subjetivos, e nesse efeito composto a maioria não faz nenhuma discriminação” (LAK73). Assim, insiste Kant, “se negarmos à razão o direito de falar em primeiro lugar sobre as coisas que se referem ao supra-sensível, como a existência de Deus e o mundo futuro, fica aberta a porta para os devaneios e superstições e mesmo ao ateísmo” (OP p. 90, AK 8:143). No conceito de fé racional, por todas as suas notas características, nos são dados os meios que ajudam a razão a se orientar no pensamento puro.

Uma questão que poderia ainda ser colocada é a seguinte: que diferença haveria entre a possibilidade de se resgatar a idéia de Deus como faz a fé racional, por meio de uma exigência da razão, por um lado, e a recusa da possibilidade do conhecimento de Deus, por outro. Ou seja, não poderia parecer que ao resgatarmos a fé racional como uma hipótese da razão, ou seja, do ponto de vista especulativo, não estaríamos dando a entender que afinal de contas a razão pode *saber* alguma coisa sobre a existência de Deus? A pergunta deve ser respondida chamando a atenção para dois pontos: o primeiro é que mesmo em seu uso especulativo, a fé racional não é um saber. A convicção que se tem é meramente subjetiva. O segundo é que do ponto de vista puramente teórico, ou seja, do ponto de vista do conhecimento, não há nenhuma necessidade de pensarmos na, ou mesmo admitirmos a, existência de Deus. Nesse sentido, as condições de possibilidade do conhecimento não dependem em nada da pressuposição da existência de Deus. Precisa-se pressupor a existência de Deus por outras razões e não aquelas do conhecimento. Kant dá a entender que é justamente devido à nossa limitação cognitiva, por um lado, e as exigências da razão por outro, que ele resgata o domínio da fé. Se não aceitamos o limite da razão por um lado, ou mais especificamente do entendimento, e as exigências da razão por outro, ainda não estamos preparados para entender o que Kant quer dizer, quando afirma no Prefácio: “tive de suspender o *conhecimento* para dar lugar à fé” (BXXX). Pois, só dentro desse quadro, de limite e exigência, a idéia de Deus tem um vínculo necessário com a razão como uma fé racional. Porque no que concerne à possibilidade do conhecimento, para se explicar os fenômenos da natureza, não há nenhuma exigência necessária para se pressupor a idéia e mesmo a existência de Deus. Mas, por tudo o que vimos, há uma necessidade de se pressupor a existência de Deus no uso prático e no uso especulativo de nossa razão. Mas isso de modo algum significa que a idéia de Deus seja um fator diretamente determinante de nossas ações e de nosso pensamento. Na concepção kantiana isso é inconcebível. O que Kant quer dizer com essa frase famosa é que “a limitação dos princípios fundamentais de uma visão do mundo científica em relação ao modo como as coisas nos aparecem é necessária não apenas para explicar sua certeza própria, mas também para permitir que nós nos concebam como agentes racionais que não são coagidos por um comando determinado da natureza [nem sensível, nem divina], mas que possamos nos governar livremente pela lei moral como razão prática”¹⁵.

15 P. Guyer. *Cambridge Companion to Kant*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 13.

O esclarecimento e a comunicação

Voltando à questão que levantamos, ao tratarmos do fato de que a fé racional não diz respeito apenas à fé moral, e diante do fato de que é ao conceito de fé doutrinal que podemos recorrer na ampliação do conceito de fé racional, creio que seria oportuno apresentar um caminho, já mencionado, mas não desenvolvido, que ajudaria a suprir uma certa “deficiência” que uma hipótese racional, ou seja, que uma formulação de um juízo sobre a existência de Deus numa perspectiva especulativa, apresenta em relação a um juízo numa perspectiva prática. Em *OP*, Kant diz o seguinte a respeito das duas maneiras que podemos tratar da relação necessária da razão com a existência de Deus: “É possível, porém, considerar a necessidade da razão de dupla maneira: *primeiramente* em seu uso teórico e em segundo lugar em seu uso *prático*. A *primeira* necessidade ... vê-se bem que depende de uma condição, a saber, devemos admitir a existência de Deus se quisermos julgar as causas primeiras de tudo o que é contingente, principalmente na ordem das finalidades realmente estabelecidas no mundo. Muito mais importante é a necessidade da razão em seu uso *prático*, porque é incondicionado, e somos obrigados então a supor a existência de Deus não somente se queremos julgar, mas porque devemos julgar” *OP*, p.82 e *AK*, 8:138-139). Essa “deficiência” que se caracteriza como uma “contingência” —por não ter como pressuposto uma exigência necessária da razão no que concerne à nossa ação no mundo— pode ser suprida se seguirmos o preceito proposto na *Lógica*, no que concerne à apresentação do conceito, ou seja, à exigência de um conceito para levantarmos uma hipótese sobre a existência de Deus. Podemos sempre discutir nossos conceitos com os demais, em especial os conceitos que não podem ser usados no domínio da experiência. A submissão de nossos juízos aos juízos dos outros é seguramente um bom caminho que nos ajudaria a suprir a falta de um vínculo necessário que a idéia de Deus tem com a razão prática e que não tem com a razão especulativa. Quando se trata da razão prática, o conceito de Deus está ligado ao conceito de um bem supremo, requerido por aquele que agiu moralmente. Quando se trata de um uso especulativo da razão, o conceito de Deus está ligado aos interesses contingentes e privados a cada um de nós. Para darmos a eles algo que se aproximasse de uma validade universal, a submissão desses conceitos aos demais seria um caminho para evitar as ilusões, as superstições e os devaneios. Na verdade, Kant chama atenção para a importância da comunicação humana ao lembrar que todo nosso pensamento depende dela. Ele diz o seguinte: “Mas quanto e quão corretamente poderíamos pensar se não pensássemos em con-

junto com os outros, aos quais comunicamos nossos pensamentos enquanto eles nos comunicam os deles” (OP, p.92, AK VIII, p.145).

Há ainda um aspecto importante da interação comunicativa, além daquele ligado ao esclarecimento de conceitos e validações dos juízos, para a racionalidade crescente da humanidade. Por meio da interação com os outros, não só nossos conceitos podem se tornar mais claros e distintos, mas também nossa relação com eles mais civilizada e mais autônoma (mais moralizada). Na medida em que Kant na *FMC* lembra que devemos tomar a humanidade em nós mesmos e nos outros não apenas como um meio, mas como um fim em si mesmo (AK, 4:429), conforme reza a segunda fórmula do imperativo categórico, podemos gradativamente tomar os outros não apenas como um meio de discutir e corrigir nossos conceitos e juízos, mas também tomá-los como fins neles mesmos. Nesse sentido, a comunicação humana possibilita uma reflexão gradativa não só em relação àquilo que fazemos, isto é, o desenvolvimento de nossa razão especulativa e mesmo da razão prática, mas por meio desse processo e da reflexão sobre ele, podemos também nos dar conta da maneira como podemos ver o outro: um sujeito que tem um pensamento próprio, ao qual, num certo sentido estamos submetendo nosso pensamento para um maior esclarecimento. É, portanto, por meio da interação comunicativa com os outros que podemos desenvolver “um sentido comunitário (*gemeinschaftlichen*), isto é, de uma faculdade de ajuizamento que em sua reflexão toma em consideração em pensamento (a priori) o modo de representação de qualquer outro, como que para ater o seu juízo à inteira razão humana e assim escapar à ilusão que, a partir de condições privadas subjetivas, (...) teria influência prejudicial sobre o juízo”¹⁶, tanto sobre nós mesmos quanto sobre os outros.

A título de conclusão

O conceito de fé racional, portanto, por pressupor a espontaneidade de nossa razão, fornece-nos a possibilidade de pensar num sistema da razão no interior do qual a idéia de Deus, a da pressuposição de sua existência e a da felicidade futura são elementos inteiramente necessários. Ele nos possibilita pensar também na existência de Deus como uma hipótese para responder questões que nossa razão se coloca especulativamente. Mas também nos faz ver

16 *Crítica da Faculdade de Julgar*, tradução para a língua portuguesa de Valério Rohden e Antonio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993, p.139-140).

que esse sistema não floresce por si só. É preciso que exista um meio no qual ele germine, cresça e se desenvolva. Esse meio é a comunicação humana. Gostaria, para terminar, de fazer uma analogia - procedimento adotado por Kant em todo o texto OP - em relação à razão e a comunicação. Da mesma maneira que para conhecermos, ou seja, no uso teórico da razão, precisamos de uma realidade exterior que nos afeta, da mesma forma, para o bom uso de nossa razão, especialmente numa dimensão supra-sensível, ou seja, para o resgate dessa dimensão, precisamos de um mundo social com o qual interagimos. Um mundo dos fins. É só por meio da comunicação que podemos entrar num processo de humanização, pois ela nos leva a uma reflexão constante sobre nós mesmos, o que possibilita o desenvolvimento de nossa racionalidade e, por tudo o que dissemos, também ao desenvolvimento de nossa capacidade de ver em nós mesmos e nos outros uma dimensão supra-sensível, dimensão esta, no entanto, inteiramente vinculada às exigências de nossa razão.